



EDITAL CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2022 - ATUB
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO,
ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL

AUDITOR FISCAL DE ATIVIDADES URBANAS

102

**OBRAS, EDIFICAÇÕES
E URBANISMO**

Data da prova:
Domingo, 26/2/2023

INSTRUÇÕES

- Você receberá do fiscal:
 - 1 (um) caderno de questões das provas objetiva e discursiva contendo 60 (sessenta) questões de múltipla escolha, com 5 (cinco) alternativas de resposta cada uma e apenas 1 (uma) alternativa correta, e 1 (uma) questão discursiva;
 - 1 (uma) folha de respostas personalizada da prova objetiva; e
 - 1 (uma) folha de texto definitivo da prova discursiva.
- Quando autorizado pelo fiscal do IADES, no momento da identificação, escreva no espaço apropriado da folha de respostas da prova objetiva, com a sua caligrafia usual, a seguinte frase:

Otimismo é esperar pelo melhor.

- Verifique se estão corretas a numeração das questões e a paginação do caderno de questões, bem como a codificação da folha de respostas da prova objetiva e da folha de texto definitivo da prova discursiva.
- Você dispõe de 4 (quatro) horas e 30 (minutos) para fazer as provas objetiva e discursiva e deve controlar o tempo, pois não haverá prorrogação desse prazo. Esse tempo inclui a marcação da folha de respostas da prova objetiva e o preenchimento da folha de texto definitivo da prova discursiva.
- Somente 1 (uma) hora após o início da prova, você poderá entregar sua folha de respostas da prova objetiva, a folha de texto definitivo da prova discursiva e o caderno de questões, bem como retirar-se da sala.
- Você somente poderá retirar-se do local de aplicação das provas levando o caderno de questões quando faltar 1 (uma) hora para o final do tempo destinado à realização das provas objetiva e discursiva.
- Após o término da prova, entregue ao fiscal do IADES a folha de respostas da prova objetiva, devidamente assinada, e a folha de texto definitivo da prova discursiva.
- Deixe sobre a carteira apenas o documento de identidade e a caneta esferográfica de tinta preta, fabricada com material transparente.
- Não é permitida a utilização de nenhum aparelho eletrônico ou de comunicação.
- Não é permitida a consulta a livros, dicionários, apontamentos e (ou) apostilas.
- Você somente poderá sair e retornar à sala de aplicação de provas na companhia de um fiscal do IADES.
- Não será permitida a utilização de lápis em nenhuma etapa da prova.

INSTRUÇÕES PARA AS PROVAS OBJETIVA E DISCURSIVA

- Verifique se os seus dados estão corretos na folha de respostas da prova objetiva e na folha de texto definitivo da prova discursiva. Caso haja algum dado incorreto, comunique ao fiscal.
- Leia atentamente cada questão e assinale, na folha de respostas da prova objetiva, uma única alternativa.
- A folha de respostas da prova objetiva e a folha de texto definitivo da prova discursiva não podem ser dobradas, amassadas, rasuradas ou manchadas e nem podem conter nenhum registro fora dos locais destinados às respostas.
- O candidato deverá transcrever, com caneta esferográfica de tinta preta, as respostas da prova objetiva para a folha de respostas e o texto definitivo da prova discursiva para a folha de texto definitivo.
- A maneira correta de assinalar a alternativa na folha de respostas da prova objetiva é cobrir, fortemente, com caneta esferográfica de tinta preta, o espaço a ela correspondente.
- Marque as respostas assim: ●

Tipo "A"

Realização **iades**
Instituto Brasileiro de Administração Municipal

PROVA OBJETIVA**CONHECIMENTOS GERAIS**
Questões de 1 a 25**LÍNGUA PORTUGUESA E REDAÇÃO OFICIAL**
Questões de 1 a 8**QUESTÃO 1****A importância da acessibilidade para a inclusão de pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida**

Será que podemos falar em inclusão e, principalmente, em igualdade, se um usuário de cadeira de rodas necessita ser carregado por um terceiro para adentrar um local para tomar uma vacina H1N1 porque o local possui escadas? E se ele precisa da ajuda de um estranho para que possa adentrar um transporte público que não está acessível? E se uma pessoa com deficiência visual necessita ser conduzida pelo braço de estranhos para caminhar pelas vias públicas ou por outros espaços públicos que se encontram em situações que impeçam a livre e segura circulação? E se as calçadas estão mal cuidadas ou com buracos?

As pessoas que necessitam do auxílio de outras para alcançar seus objetivos não vivenciam a essência do conceito de acessibilidade universal em nenhum momento. Por isso, só há que se falar em inclusão das pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida se houver acessibilidade com autonomia e independência.

Disponível em: <<https://diariodainclusaosocial.com/2017/11/07/>>.
Acesso em: 29 jan. 2023, com adaptações.

De acordo com o texto, assinale a alternativa correta.

- (A) As situações hipotéticas enfrentadas, respectivamente, pelo “usuário de cadeira de rodas” e pela “pessoa com deficiência visual” servem para ilustrar casos em que não ocorre a acessibilidade com autonomia e independência.
- (B) A inclusão das pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida pode acontecer independentemente da forma como elas conseguem acessar um transporte público ou circular pelas vias públicas.
- (C) No texto, pressupõe-se que a inclusão acontece, por exemplo, quando um deficiente visual depende de outra pessoa para se locomover por uma calçada com buracos.
- (D) A falta de acessibilidade nos espaços públicos afeta mais os cadeirantes do que as pessoas com deficiência visual.
- (E) O conceito de “acessibilidade universal” abrange apenas as pessoas com deficiência.

Área livre**QUESTÃO 2****Alunos da rede pública aprendem sobre ocupação do solo e descarte de lixo**

Programa DF Legal nas Escolas promove a cidadania entre estudantes e também orienta sobre edificações ilegais, entre outros assuntos

Com cerca de 5 mil alunos já atendidos na rede pública, o programa DF Legal nas Escolas será retomado em 2023 para promover cidadania e noções de como preservar a ordem urbanística do Distrito Federal. Depois de atender alunos dos 6º e 7º anos do ensino fundamental com palestras e dinâmicas em grupo, agora a iniciativa será expandida para orientar estudantes dos 8º e 9º anos e também do ensino médio.

As aulas são ministradas por auditores e inspetores da Secretaria DF Legal, que orientam sobre temas como descarte de resíduos, ocupação irregular do solo e edificações irregulares. Uma portaria assinada no final de novembro de 2022 permitiu a retomada do programa, após um longo período de pandemia.

SECUNHO, Rafael.
Disponível em: <<https://www.agenciabrasilia.df.gov.br/2022/12/20/>>.
Acesso em: 29 dez. 2022, com adaptações.

Com base nas informações do texto e nas relações entre elas, assinale a alternativa correta.

- (A) O programa DF Legal nas Escolas foi criado com o propósito de retomar as aulas nas escolas públicas.
- (B) Antes de ter sido retomado, o programa DF Legal nas Escolas já havia atendido cerca de 5 mil alunos na rede pública.
- (C) Como a expectativa é atender alunos dos 8º e 9º anos do ensino médio, o programa DF Legal nas Escolas passará a abordar os temas descarte de resíduos, ocupação irregular do solo e edificações irregulares.
- (D) A causa da suspensão do programa DF Legal nas Escolas, sugerida no trecho “após um longo período de pandemia”, é a ideia principal do texto.
- (E) Ao informar que auditores e inspetores da Secretaria DF Legal ministram as aulas, o autor pretende destacar a qualidade do trabalho desenvolvido pelo programa DF Legal nas Escolas.

Área livre

QUESTÃO 3

Operação Pronto Emprego

A Secretaria DF Legal deu início, em agosto de 2020, à Operação Pronto Emprego, com o objetivo de combater as invasões de terra e obras irregulares, ainda em fase inicial de construção. A operação busca dar resposta às denúncias dessa natureza dentro do prazo de até 72 horas, a partir do conhecimento do fato. Dessa forma, procura reduzir os impactos social, político e financeiro, inclusive para os infratores.

São removidas casas e barracos desabitados, cercamentos, bases para construção, muros, caixas d'água irregulares, cisternas, poços, entre outras edificações ilegais.

NEUBERGER, Tereza.

Disponível em: <<https://jornaldebrasil.com.br/brasilia/>>.
Acesso em: 30 jan. 2023, com adaptações.

Com base nas regras de concordância prescritas pela norma-padrão e nas relações morfossintáticas do texto, assinale a alternativa correta.

- (A) A redação **Foi iniciado pela Secretaria DF Legal, em agosto de 2020, a Operação Pronto Emprego** poderia substituir o trecho “A Secretaria DF Legal deu início, em agosto de 2020, à Operação Pronto Emprego”.
- (B) O trecho “ainda em fase inicial de construção” poderia ser substituído pela redação **a qual ainda se encontra em fase inicial de construção**.
- (C) A autora deveria empregar o vocábulo bastante no plural, caso desejasse incluí-lo diante do substantivo “denúncias”.
- (D) A construção “os impactos social, político e financeiro” não poderia ser substituída pela redação **o impacto social, o político e o financeiro**.
- (E) A construção “São removidas” poderia ser substituída pela forma **Remove-se**.

QUESTÃO 4

Vigilância Sanitária encontra medicamentos descartados irregularmente no Parque Burle Marx

Mais de 1 metro cúbico de remédios descartados irregularmente, o equivalente a uma caixa d'água de mil litros. Essa quantidade foi encontrada pela Vigilância Sanitária do Distrito Federal, no dia 17 de janeiro de 2023, no Parque Burle Marx, no setor Noroeste. A informação chegou por meio de denúncia feita à Ouvidoria do Distrito Federal.

A farmácia será autuada por descarte irregular de medicamentos, inclusive remédios de uso controlado (tarja preta). Está sujeita à penalidade prevista como interdição e multa que varia entre R\$ 2 mil e R\$ 1,5 milhão.

LOPES, Jurana. Disponível em: <<https://www.saude.df.gov.br/>>.
Acesso em: 29 jan. 2023, com adaptações.

Considerando as estruturas morfossintáticas que constituem o texto, assinale a alternativa correta.

- (A) O termo “Vigilância Sanitária”, empregado no título e no início do texto, exerce a função de sujeito nas duas ocorrências.

- (B) As vírgulas que antecedem, respectivamente, os termos “no Parque Burle Marx” e “no setor Noroeste” poderiam, de acordo com a norma-padrão, ser excluídas.
- (C) O termo “irregular”, como desempenha apenas uma função acessória, poderia ser excluído do texto sem comprometer a mensagem original.
- (D) A mensagem original seria alterada caso fosse empregada uma vírgula entre o termo “multa” e a oração subordinada adjetiva “que varia entre R\$ 2 mil e R\$ 1,5 milhão”.
- (E) A forma verbal “varia” é transitiva direta e tem como complemento o termo “multa”.

QUESTÃO 5

Panorama da comunicação oficial

No caso da redação oficial, quem comunica é sempre o serviço público (este/esta ou aquele/aquela Ministério, Secretaria, Departamento, Divisão, Serviço, Seção); o que se comunica é sempre algum assunto relativo às atribuições do órgão que comunica; e o destinatário dessa comunicação é o público, uma instituição privada ou outro órgão ou entidade pública, do Poder Executivo ou dos outros Poderes.

Disponível em: <<http://www4.planalto.gov.br/centrodeestudos/assuntos/manual-de-redacao-da-presidencia-da-republica/manual-de-redacao.pdf>>.
Acesso em: 30 dez. 2022, com adaptações.

Com base nas circunstâncias em que se dá a comunicação oficial e nas normas estabelecidas pelo Manual de Redação da Presidência da República, assinale a alternativa correta.

- (A) Na comunicação oficial, que é sempre feita em nome do serviço público e sempre em atendimento aos interesses dos cidadãos, os assuntos e a linguagem devem ser tratados de forma estritamente impessoal.
- (B) No padrão ofício, as informações referentes à identificação do documento devem ser alinhadas à margem direita da página.
- (C) A forma **Atentamente** deve ser empregada como fecho em todas as modalidades de redação oficial.
- (D) De acordo com o padrão ofício, a construção **Brasília- DF, 3 de Janeiro de 2023**, desde que seguida de ponto final e alinhada à margem esquerda da página, poderia ser empregada para identificar o local e a data de um documento.
- (E) Excluídas as comunicações assinadas pelo presidente da República, as demais correspondências oficiais devem conter um espaço para a assinatura do remetente, sem que haja a necessidade de informar o cargo que ele ocupa.

Área livre

QUESTÃO 6

A Secretaria de Estado de Obras e Infraestrutura do Distrito Federal (DF), órgão integrante da administração direta do DF, foi criada pelo Decreto nº 36.236/2015, que definiu a estrutura administrativa do Poder Executivo do DF. Tem atuação e competência nas seguintes áreas: projetos, execução e fiscalização das obras públicas; infraestrutura; recuperação de equipamentos públicos; e serviços públicos.

Disponível em: <<https://www.so.df.gov.br/sobre-a-secretaria/>>. Acesso em: 7 fev. 2023, com adaptações.

Assinale a alternativa correspondente ao referente semântico do pronome relativo e à função sintática que esse conector exerce no excerto apresentado.

- (A) “A Secretaria de Estado de Obras e Infraestrutura do Distrito Federal (DF)” – Sujeito
- (B) “órgão integrante da administração direta do DF” – Aposto
- (C) “Decreto nº 36.236/2015” – Objeto Direto
- (D) “Decreto nº 36.236/2015” – Sujeito
- (E) “a estrutura administrativa do Poder Executivo do DF” – Objeto direto

QUESTÃO 7

A ocorrência de doenças transmitidas por alimentos (DTA) vem aumentando, de modo significativo, em nível mundial. Vários são os fatores que contribuem para a emergência dessas doenças, entre os quais se destacam: o crescente aumento das populações; a existência de grupos populacionais vulneráveis ou mais expostos; o processo de urbanização desordenado; e a necessidade de produção de alimentos em grande escala. Contribui, ainda, o deficiente controle dos órgãos públicos e privados no tocante à qualidade dos alimentos ofertados às populações.

Disponível em: <https://www.saude.df.gov.br/documents/37101/66174/manual_integrado_vigilancia_doencas_alimentos>. Acesso em: 7 fev. 2023.

Assinale a alternativa em que, mesmo depois das alterações realizadas, é correto o emprego do acento grave indicativo de crase.

- (A) Contribui, ainda, o deficiente controle dos órgãos públicos e privados no tocante à tipos de alimentos ofertados à algumas populações.
- (B) Contribui, ainda, o deficiente controle dos órgãos públicos e privados no tocante às características dos alimentos ofertados às nossas populações.
- (C) Contribui, ainda, o deficiente controle dos órgãos públicos e privados no tocante à mínima qualidade dos alimentos ofertados à povos de diferentes regiões.
- (D) Contribui, ainda, o deficiente controle dos órgãos públicos e privados no tocante à diversos modos de fabricar os alimentos ofertados às populações locais.
- (E) Contribui, ainda, o deficiente controle dos órgãos públicos e privados no tocante à uma qualidade suspeita dos alimentos ofertados à centros urbanos.

QUESTÃO 8

As modificações viárias foram propostas para reduzir os engarrafamentos nas cidades, especialmente nos eixos de circulação, apresentando soluções de transportes de massa, confortáveis, seguros e incentivo aos deslocamentos ativos (ciclismo e caminhada) como alternativa ao modal automotivo. Para isso, foi estabelecida uma rede de transporte público estruturante, consolidando as principais rotas do Distrito Federal, com a implementação de corredores segregados de ônibus (BRTs), ampliação da linha do metrô, expansão da malha cicloviária, construção/melhoria das calçadas e construção de um Veículo Leve Sobre Trilhos (VLT), ligando aeroporto de Brasília, W3 sul e norte e Eixo Monumental, conectado com os setores Sudoeste/Octogonal e com o Setor de Indústria e Abastecimento (SIA).

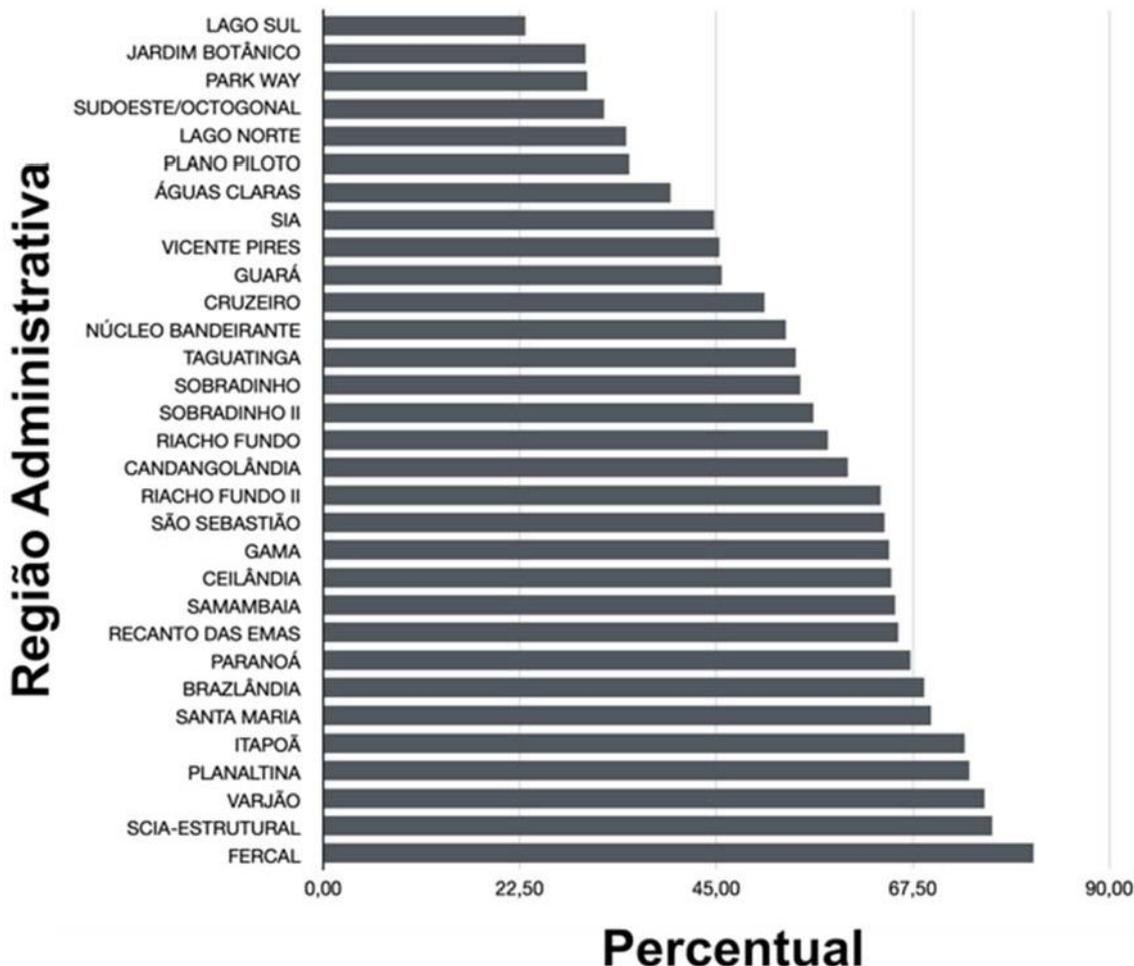
Disponível em: <<https://www.codeplan.df.gov.br/wp-content/uploads/2018/02/>>. Acesso em: 7 fev. 2023, com adaptações.

De acordo com o texto, uma rede de transporte público estruturante foi estabelecida para

- (A) atender às rotas mais relevantes do Distrito Federal e expandir as ciclovias e calçadas.
- (B) implementar corredores segregados de ônibus, ampliar a linha de metrô e aumentar o número de calçadas para pedestres.
- (C) reduzir os engarrafamentos nas cidades com alternativas ao uso de carros particulares, melhores condições dos transportes coletivos e estímulo aos deslocamentos ativos.
- (D) diminuir as distâncias entre o aeroporto de Brasília e as cidades administrativas.
- (E) construir BRTs e VLTs confortáveis para os moradores de Brasília.

Área livre

QUESTÃO 9



Codeplan (2023). Disponível em: <<https://infodf.ipe.df.gov.br/populacao-negra-por-r-a/>>. Acesso em: 9 jan. 2023.

Essa figura apresenta um gráfico da população por Região Administrativa (RA) do Distrito Federal, que se autodeclara preta ou parda.

Com base nos dados relativos às RA representadas no gráfico, assinale a alternativa correta.

- (A) Nas RA centrais, como no caso da RA1-Brasília, ou Plano Piloto, esse percentual não representa a realidade.
- (B) Nas RA criadas mais recentemente, esse percentual é sempre inferior.
- (C) Nas RA consolidadas há mais de 20 anos, o percentual é baixo em função da inclusão social.
- (D) A diferença entre o menor e o maior percentual é abaixo de 10 pontos percentuais nas RA.
- (E) Nas RA com menor índice de desenvolvimento humano, predomina a população preta ou parda.

QUESTÃO 10

A Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (RIDE-DF) é composta pelo Distrito Federal e um conjunto de municípios dos estados de Goiás e Minas Gerais. Esses entes da Federação integralizam uma área de planejamento e geração de políticas públicas comuns a eles. No que concerne a alguns aspectos da RIDE-DF, assinale a alternativa correta.

- (A) Em caso de desmembramento de algum município pertencente à RIDE-DF para constituição de um novo município, este novo fará parte da citada região de forma automática.

- (B) A RIDE-DF também pode ser considerada uma região metropolitana em razão dos critérios de diversificação de funções que ela possui e pela acumulação de capital.
- (C) A esfera autorizada para a criação do Conselho Administrativo, para coordenar as atividades a serem desenvolvidas na RIDE-DF, é o Poder Executivo municipal.
- (D) A RIDE-DF possui orçamento próprio, administrado pelo Conselho Administrativo para coordenar as atividades a serem desenvolvidas.
- (E) A esfera administrativa da RIDE-DF pressupõe obrigatoriamente a constituição de uma estrutura de governo própria, na qual a gestão da RIDE-DF é ocupada de modo rotativo em períodos bianuais.

QUESTÃO 11

Assinale a alternativa que corresponde a uma das metas do Eixo 1 – Igualdade no mundo do trabalho e autonomia econômica, do II Plano Distrital de Políticas para as Mulheres (II PDPM) 2020 – 2023.

- (A) Aumentar o número de mulheres participando da formulação e implementação das políticas públicas por meio da representação em conselhos, fóruns e comitês.
- (B) Incluir programas que contemplem a temática de gênero na política educacional do Distrito Federal.
- (C) Implantar o Centro Especializado de Saúde da Mulher (CESMU) nas regiões de saúde do Distrito Federal.
- (D) Reduzir os índices de violência contra as mulheres e de feminicídios.
- (E) Aumentar o número de parcerias com organizações governamentais e não governamentais para o desenvolvimento de ações de promoção da igualdade de gênero e oferta de cursos para mulheres por meio da Rede Sou Mais Mulher.

QUESTÃO 12

Em relação ao II Plano Distrital de Políticas para as Mulheres (II PDPM) 2020 – 2023, assinale a alternativa correta.

- (A) O II PDPM consiste em um conjunto de propostas de políticas públicas, elaboradas por órgãos não governamentais e pela sociedade civil, para garantir a igualdade das mulheres e combater a discriminação.
- (B) As atividades dos membros do Comitê de Articulação e Monitoramento e das câmaras técnicas são consideradas serviço público relevante, não remunerado.
- (C) O Comitê de Articulação e Monitoramento do II PDPM será integrado por um representante do Conselho dos Direitos da Mulher do Distrito Federal, obrigatoriamente entre as representações da sociedade civil, e por quatro representantes dos órgãos da Administração Pública do Distrito Federal.
- (D) O acompanhamento, a articulação, o monitoramento e a avaliação periódica quanto ao cumprimento dos objetivos, das metas e das ações definidas no II PDPM serão implementados pelo Comitê de Articulação e Monitoramento do II PDPM, instituído nos termos do Decreto e vinculado à Secretaria de Saúde do Distrito Federal.
- (E) O principal objetivo do Comitê de Articulação e Monitoramento do II PDPM é criar as condições necessárias para a elaboração do III PDPM, com escopo de garantir a continuidade e o aprimoramento das ações já estipuladas.

Área livre

SISTEMA ELETRÔNICO DE INFORMAÇÕES – SEI

Questões de 13 a 15

QUESTÃO 13

Na tela principal do Sistema Eletrônico de Informações (SEI), denominada Controle de Processos, há o grupo de ícones a seguir.

1 2 3 4 5 6 7 8



De acordo com o Manual do Usuário do SEI, o ícone Atualizar Andamento é representado pela figura nº

- (A) 1.
- (B) 2.
- (C) 3.
- (D) 5.
- (E) 7.

QUESTÃO 14

Com base no disposto no Manual do Usuário do Sistema Eletrônico de Informações e acerca dos processos com restrições de acesso, assinale alternativa correta.

- (A) Processos sigilosos não podem ser anexados, nem relacionados a outros processos.
- (B) Nos processos sigilosos, não é possível fazer referência a quaisquer documentos.
- (C) Os processos sigilosos ficam disponíveis a todos os usuários das unidades em que o processo tramitou.
- (D) Não é possível a inclusão de processo sigilosos em blocos ou em acompanhamento especial.
- (E) Nas pesquisas disponíveis, os processos sigilosos são computados por meio do *menu* “Estatísticas”.

QUESTÃO 15

Com base no disposto no Manual do Usuário do Sistema Eletrônico de Informações, no que se refere a usuários externos, assinale a alternativa correta.

- (A) Ao usuário externo não poderá ser concedida a autorização para modificação de documentos específicos no processo.
- (B) Os documentos externos disponibilizados pelo usuário externo devem estar em formato html.
- (C) Ao usuário externo poderá ser concedida a autorização para visualizar o processo, bem como as atualizações posteriores à disponibilização do acesso externo.
- (D) Documentos externos podem, além de ser inseridos em blocos, ser liberados para assinatura de usuários externos.
- (E) O usuário externo deverá, em qualquer hipótese, obter autorização para assinar documentos.

Área livre

**LEI ORGÂNICA DO DISTRITO FEDERAL E LEI
COMPLEMENTAR Nº 840/2011 (REGIME JURÍDICO DOS
SERVIDORES DO DISTRITO FEDERAL)**

Questões de 16 a 19

QUESTÃO 16 _____

De acordo com o art. 3º da Lei Orgânica do Distrito Federal (LODF), assinale a alternativa que indica um dos objetivos prioritários do DF.

- (A) Garantia e promoção dos direitos humanos assegurados apenas pela Declaração Universal dos Direitos Humanos
- (B) Preservação dos interesses individuais
- (C) Garantia de prestação de assistência jurídica integral e gratuita mesmo àqueles que não comprovarem insuficiência de recursos
- (D) Valorização e desenvolvimento da cultura global
- (E) Zelo pelo conjunto urbanístico de Brasília

QUESTÃO 17 _____

Conforme o art. 5º da Lei Orgânica do Distrito Federal (LODF), assinale a alternativa correspondente à modalidade por meio da qual a soberania popular será exercida pelo sufrágio universal e pelo voto direto e secreto, com valor igual para todos nos termos da lei.

- (A) Iniciativa popular
- (B) Orçamento participativo
- (C) Reuniões participativas
- (D) Sessão extraordinária
- (E) Sessão ordinária

QUESTÃO 18 _____

Segundo o art. 5º da Lei Complementar nº 840/2011 – Regime Jurídico dos Servidores do Distrito Federal, assinale a alternativa que corresponde à modalidade de cargo em comissão cujo desempenho envolve atribuições da administração superior.

- (A) Livre exoneração
- (B) Chefia
- (C) Assessoramento
- (D) Direção
- (E) Livre nomeação

QUESTÃO 19 _____

De acordo com o art. 7º da Lei Complementar nº 840/2011 – Regime Jurídico dos Servidores do Distrito Federal, assinale a alternativa que indica requisito básico para investidura em cargo público.

- (A) Nacionalidade brasileira ou estrangeira
- (B) Gozo de direitos políticos
- (C) Idade mínima de 16 anos
- (D) Ensino superior
- (E) Quitação fiscal

DIREITO ADMINISTRATIVO

Questões de 20 a 22

QUESTÃO 20 _____

De acordo com a Lei nº 14.133/2021, assinale a alternativa que apresenta a modalidade de licitação para contratação de obras, serviços e compras, na qual a Administração Pública realiza diálogos com licitantes previamente selecionados mediante critérios objetivos, com o intuito de desenvolver uma ou mais alternativas capazes de atender às suas necessidades, devendo os licitantes apresentar proposta final após o encerramento dos diálogos.

- (A) Pregão
- (B) Leilão
- (C) Diálogo competitivo
- (D) Concorrência
- (E) Concurso

QUESTÃO 21 _____

No que se refere aos poderes administrativos, assinale a alternativa correta.

- (A) O poder disciplinar consiste na prerrogativa reconhecida à Administração Pública para investigar e punir, após o contraditório e a ampla defesa, os agentes públicos, na hipótese de infração funcional, e os demais administrados sujeitos à disciplina especial administrativa.
- (B) O poder hierárquico compreende a prerrogativa reconhecida à Administração Pública para restringir e condicionar, com fundamento na lei, o exercício de direitos com o objetivo de atender ao interesse público.
- (C) O poder normativo diz respeito à relação de subordinação administrativa entre agentes públicos, que pressupõe a distribuição e o escalonamento vertical de funções no interior da organização administrativa.
- (D) O poder de polícia consiste na prerrogativa reconhecida à Administração Pública para editar atos administrativos gerais para fiel execução das leis.
- (E) O abuso do poder pode ocorrer na modalidade desvio de poder ou de finalidade, em que a atuação do agente público extrapola a competência delimitada pela lei.

QUESTÃO 22 _____

Assinale a alternativa que indica atributos dos atos administrativos.

- (A) Autoexecutoriedade, validade e eficácia
- (B) Perfeição, validade e eficácia
- (C) Imperatividade, validade, presunção de legitimidade e de veracidade
- (D) Autoexecutoriedade, imperatividade, presunção de legitimidade e de veracidade
- (E) Perfeição, validade e imperatividade

Área livre

DIREITO CONSTITUCIONAL
Questões de 23 a 25**QUESTÃO 23**

Assinale a alternativa que apresenta o *status* jurídico da Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e do seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York em 30 de março de 2007, aprovados pelo Congresso Nacional por meio do Decreto Legislativo nº 186/2008, conforme o procedimento estabelecido pelo parágrafo 3º do art. 5º da Constituição Federal de 1988.

- (A) Lei ordinária
- (B) Supralegalidade
- (C) Emenda constitucional
- (D) Lei complementar
- (E) Resolução

QUESTÃO 24

A competência constitucional estabelecida no art. 23, inciso I, da Constituição Federal (CF) de 1988, de zelar pela guarda da CF, das leis e das instituições democráticas e de conservar o patrimônio público é

- (A) da União.
- (B) dos estados.
- (C) dos municípios.
- (D) do Distrito Federal.
- (E) da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios.

QUESTÃO 25

Assinale a alternativa que indica um dos direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, dispostos na Constituição Federal.

- (A) Com exceção do previsto em acordo coletivo, direito à jornada de cinco horas para o trabalho realizado em turnos ininterruptos de revezamento.
- (B) Participação nos lucros ou resultados, desvinculada da remuneração, e, excepcionalmente, participação na gestão da empresa, conforme definido em lei.
- (C) Garantia de assistência gratuita aos filhos e dependentes, desde o nascimento até seis anos de idade em creches.
- (D) Garantia de salário para os que percebem remuneração variável, excepcionalmente inferior ao mínimo, para proteção do mercado de trabalho.
- (E) Seguro contra acidentes de trabalho, a cargo do empregador, sem excluir a indenização a que este está obrigado, exceto quando incorrer em culpa.

Área livre**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**
Questões de 26 a 60**QUESTÃO 26**

A respeito da fiscalização durante a instalação do canteiro de obra, no que se refere às instalações provisórias, assinale a alternativa correta.

- (A) Por ser uma instalação provisória, a norma técnica recomenda isolamento dupla ou reforçada quando for destinada à alimentação de máquinas e equipamentos.
- (B) Quando destinados à alimentação de máquinas e equipamentos, os circuitos não precisam ser reforçados por estarem em instalações provisórias.
- (C) Os circuitos energizados em extra baixa tensão podem ser instalados em conjunto como os circuitos energizados em alta tensão, respeitadas as definições de projeto.
- (D) Os circuitos de iluminação e tomadas devem ser juntos.
- (E) Apesar de ser instalação provisória, deve ter sistema de SPDA.

QUESTÃO 27

Para a atividade de alvenaria de blocos cerâmicos, com quantitativo de 180 m² e índices de pedreiro e servente, respectivamente, de 0,8 h/m² e 1,6 h/m², a duração do serviço, pressupondo dia de 8 horas e considerando três pedreiros e seis serventes será igual a

- (A) 5 dias.
- (B) 4 dias.
- (C) 3 dias.
- (D) 6 dias.
- (E) 7 dias.

QUESTÃO 28

No mercado, existem janelas bioclimáticas que apresentam soluções de atenuação sonora com a passagem de ventilação natural. O componente que viabiliza essa solução é conhecido como

- (A) veneziana.
- (B) persianas acopladas.
- (C) sanfonada ou camarão.
- (D) fixa.
- (E) oscilobatente.

Área livre

QUESTÃO 29

Entre os 17 objetivos do desenvolvimento sustentável (ODS), há os que são aplicados diretamente na construção civil. Assinale a alternativa que indica esses objetivos.

- (A) Cidades e comunidades sustentáveis; acesso à água limpa e saneamento; a construção de infraestruturas eficientes em geração e consumo de energia; e vida terrestre.
- (B) Educação de qualidade; ação contra a mudança climática; e redução das desigualdades.
- (C) Cidades e comunidades sustentáveis; indústria, inovação e infraestrutura; a construção de infraestruturas eficientes em geração e consumo de energia; e a redução das mudanças climáticas e consumo de recursos naturais.
- (D) Educação de qualidade; trabalho decente e crescimento econômico; e energia limpa e acessível.
- (E) Cidades e comunidades sustentáveis; acesso à água limpa e saneamento; a construção de infraestruturas eficientes em geração e consumo de energia; e a redução das mudanças climáticas e consumo de recursos naturais.

QUESTÃO 30

Com o auxílio do levantamento topográfico, é possível elaborar projetos geométricos de rodovias. A respeito de desenho topográfico, assinale a alternativa correta.

- (A) Com base no perfil do terreno, o eixo da futura estrada é projetado verticalmente e passa a ser representado pelo seu perfil longitudinal da diretriz ou greide, como é comumente denominado.
- (B) O raio máximo de uma curva vertical é definido em função da velocidade de projeto e da taxa máxima de superelevação.
- (C) Uma curva vertical é a denominação prática da curva adotada no plano vertical transversal do projeto geométrico, cuja nomenclatura técnica específica como curva de concordância simples.
- (D) O diagrama de massas corresponde às diferenças entre as cotas projetadas para a rodovia e as cotas de seu perfil original.
- (E) Como sua própria denominação sugere, uma curva horizontal tem a função primária de permitir a passagem gradativa de um traçado em tangente para um traçado em curva vertical.

QUESTÃO 31

Assinale a alternativa correspondente à (ao) determinante que permite verificar as cotas ou distâncias verticais de certo número de pontos relacionados ao plano de referência de nível e que se fixa por meio de cotas verticais, o relevo do terreno, isto é, a expressão exata de sua forma.

- (A) Planimetria
- (B) Topologia
- (C) Fotogrametria
- (D) Altimetria
- (E) Plano topográfico

QUESTÃO 32

Assinale a alternativa que apresenta regra do plano diretor, de acordo com o Estatuto da Cidade.

- (A) Revisão quinquenal do seu conteúdo.
- (B) Obrigatoriedade para cidades com mais de 10 mil habitantes.
- (C) Incorporação de suas diretrizes e prioridades no plano plurianual, nas diretrizes orçamentárias e no orçamento anual.
- (D) Observância exclusiva da área urbana do município ou do Distrito Federal.
- (E) Ausência de requisitos específicos para a ampliação do perímetro urbano.

QUESTÃO 33

A respeito da regra de outorga onerosa do direito de construir, na forma prevista no Estatuto da Cidade, assinale a alternativa correta.

- (A) Fixação, no plano diretor, de áreas nas quais o direito de construir poderá ser exercido acima do coeficiente de aproveitamento básico adotado, mediante contrapartida a ser prestada pelo beneficiário, sem necessidade de definição de um limite máximo.
- (B) Possibilidade de fixação, no plano diretor, de áreas nas quais poderá ser permitida a alteração de uso do solo, mediante contrapartida a ser prestada pelo beneficiário.
- (C) Coeficiente de aproveitamento é a relação entre a área edificável e a área total do zoneamento.
- (D) Os recursos auferidos com a adoção da outorga onerosa do direito de construir e de alteração de uso serão aplicados em áreas sensíveis, como saúde e educação.
- (E) A utilização do instrumento confere ao Poder Público preferência para aquisição de imóvel urbano objeto de alienação onerosa entre particulares.

QUESTÃO 34

O Código de Obras e Edificações do Distrito Federal (COE/DF), instituído pela Lei nº 6.138/2018, é o instrumento fundamental e básico que regula obras e edificações públicas e particulares em todo o território do Distrito Federal e disciplina procedimentos de controle urbano, licenciamento e fiscalização. Assinale a alternativa que apresenta atribuição do órgão de fiscalização de atividades urbanas, no âmbito de sua competência e no exercício das atividades reguladas pela mencionada lei.

- (A) Realizar o monitoramento e o controle do licenciamento de obras.
- (B) Fiscalizar as obras, mesmo as que estejam paralisadas ou abandonadas, as edificações não licenciadas; as edificações abandonadas ou que apresentem risco iminente.
- (C) Executar ou reconstruir, no final da obra, as calçadas contíguas à projeção ou à testada do lote, de forma a permitir a acessibilidade do espaço urbano.
- (D) Elaborar e entregar documentação de responsabilidade técnica para o licenciamento de obras e edificações.
- (E) Assegurar a fiel execução da obra de acordo com o projeto arquitetônico habilitado e com a licença de obras.

QUESTÃO 35

O art. 63 da Lei nº 6.138/2018, trata da Carta de Habite-se, que é expedida para obras autorizadas por meio do alvará de construção, e sua emissão é condicionada ao cumprimento de alguns requisitos. Assinale a alternativa que apresenta dois desses requisitos necessários para a emissão da Carta de Habite-se.

- (A) Relatório de vistoria do imóvel, sem exigências, encaminhado pelo órgão de fiscalização de atividades urbanas, e comprovante de nada consta do órgão de fiscalização de atividades urbanas.
- (B) Memorial descritivo do projeto e documento público de titularidade.
- (C) Área de construção e taxa de permeabilidade ou de área verde.
- (D) Estudo preliminar e estudo de acessibilidade
- (E) Pagamento de taxas devidas e verificação de existência de redes de infraestrutura urbana no local.

QUESTÃO 36

A Lei nº 6.138/2018 determinou a criação da Comissão Permanente de Monitoramento do Código de Obras e Edificações (CPCOE), a qual é formada por 17 membros titulares e seus respectivos suplentes, representantes do Poder Executivo e da sociedade civil, com direito a voz e voto. Assinale a alternativa que corresponde a uma das competências da CPCOE.

- (A) Dar anuência ao projeto arquitetônico, quando exigível nos procedimentos de habilitação.
- (B) Emitir licenças de obras e certificar a sua conclusão.
- (C) Responder administrativamente pelo funcionamento e pela segurança da obra ou da edificação, observados a acessibilidade e o desempenho exigido pelas normas técnicas brasileiras listadas no regulamento.
- (D) Observar a legislação pertinente, as normas técnicas brasileiras listadas no regulamento e as normas locais.
- (E) Sugerir ao Poder Executivo alterações no Código de Obras e Edificações (COE) e na legislação correlata.

QUESTÃO 37

O licenciamento de obras, previsto na Lei nº 6.138/2018, deve observar a legislação de uso e ocupação do solo, recursos hídricos, saneamento básico, segurança, salubridade, conforto, higiene e acessibilidade. O licenciamento de obras é instrumento de controle urbano composto das seguintes fases:

- (A) viabilidade legal; estudo prévio; análise complementar.
- (B) estande de vendas; urbanização ou edificação em área pública.
- (C) habilitação de projeto arquitetônico; emissão de licença de obras; certificação da conclusão de obras.
- (D) carta de habite-se; atestado de conclusão.
- (E) alvará de construção; licença específica.

Área livre

QUESTÃO 38

De acordo com a Lei nº 6.138/2018, no que se refere à fiscalização de obras e edificações no Distrito Federal, assinale a alternativa correta.

- (A) É considerada serviço público relevante.
- (B) O responsável pela fiscalização, no exercício das funções do órgão de fiscalização, tem acesso, na forma da lei, a onde haja obras ou edificações.
- (C) O responsável técnico é profissional legalmente habilitado a projetar, construir, calcular, executar serviços técnicos, orientar e se responsabilizar tecnicamente por obras e edificações.
- (D) Qualquer cidadão pode requerer ao órgão responsável pelo licenciamento de obras e edificações a certidão de parâmetros urbanísticos que indique as normas de uso e ocupação relativas a lote ou projeção.
- (E) As intervenções promovidas por concessionárias ou permissionárias de serviços públicos para reparo emergencial ficam dispensadas de licença.

QUESTÃO 39

De acordo com a Lei Complementar nº 803/2009, que revisou o Plano Diretor de Ordenamento Territorial do Distrito Federal (PDOT), o Plano de Preservação do Conjunto Urbanístico de Brasília (PPCUB) é um instrumento da política urbana que, na Unidade de Planejamento Territorial Central (UPT Central), corresponde à legislação de uso e ocupação do solo e ao Plano de Desenvolvimento Local (PDL). Além dos conteúdos mínimos exigidos nos PDL, quais itens devem ser incluídos na elaboração do PPCUB?

- (A) Identificação das carências e indicação das necessidades; e qualificação dos diferentes espaços públicos.
- (B) Indicação de prioridades e metas de execução de ações; e as adequações ao desenho urbano, que observem a singularidade da concepção urbanística e arquitetônica do sítio histórico.
- (C) Projetos espaciais de intervenção urbana; e sistema de gerenciamento, controle, acompanhamento e avaliação do plano.
- (D) Localização e articulação das atividades geradoras de tráfego; e as penalidades correspondentes às infrações decorrentes da inobservância dos preceitos estabelecidos.
- (E) Parâmetros de uso e ocupação do solo e as diretrizes de preservação e revitalização do sítio histórico urbano; e instrumentos urbanísticos, edifícios e de gestão.

Área livre

QUESTÃO 40

Em conformidade com a Lei Complementar nº 803/2009 e as alterações instituídas pela LC nº 854/2012 e pela LC nº 986/2021, assinale a alternativa que indica três metas, princípios, critérios ou ações para a regularização fundiária no Distrito Federal.

- (A) Priorizar a regularização fundiária de assentamentos informais de baixa renda consolidados; adotar medidas de compensação por eventuais danos ambientais e prejuízos à ordem urbanística; promover articulação do processo de regularização fundiária dos assentamentos informais com a política habitacional.
- (B) Assegurar nível adequado de habitabilidade e melhorias das condições de sustentabilidade urbanística, social, ambiental e de salubridade ambiental da área ocupada; promover a desapropriação dos parcelamentos irregulares; terrenos com área predominante de até 150 metros quadrados.
- (C) Adotar medidas de fiscalização, prevenção, combate e repressão à implantação de novos parcelamentos irregulares do solo; elaborar projetos setoriais de regularização fundiária; ajuizar ações antidiscriminatórias e de desapropriação.
- (D) Elaborar estudos técnicos de viabilidade jurídica, urbanística e ambiental; área de regularização constituída por, no mínimo, 60% do total de terrenos para fins de moradia, com, no mínimo, cinco anos de ocupação; áreas de regularização com 10% do polígono localizado em Área de Regularização de Interesse Social (Aris).
- (E) Parcelamentos irregulares em terras particulares com 20% do polígono localizado em Área de Regularização de Interesse Específico (Arine); as ocupações informais de interesse social situadas em lotes destinados a equipamentos públicos comunitários ou em equipamentos públicos urbanos; as áreas parceladas para fins urbanos até a data da lei.

Área livre

QUESTÃO 41

A Lei Complementar nº 803/2009 define as diretrizes para cada uma das zonas que organizam o território no Plano Diretor de Ordenamento Territorial do Distrito Federal (PDOT). Assinale a alternativa que corresponde a duas diretrizes da Zona Urbana de Uso Controlado II.

- (A) Respeitar o plano de manejo ou zoneamento referente às unidades de conservação englobadas por essa zona; proteger os recursos hídricos com a manutenção e a recuperação da vegetação das áreas de preservação permanente.
- (B) Manter o uso predominantemente habitacional de baixa densidade demográfica, com comércio, prestação de serviços, atividades institucionais e equipamentos públicos e comunitários inerentes à ocupação; qualificar as áreas ocupadas para reversão dos danos ambientais e recuperação das áreas degradadas.
- (C) Promover e consolidar a ocupação urbana, respeitando-se as restrições ambientais, de saneamento e de preservação da área controlada; adotar medidas de controle da propagação de doenças de veiculação por fatores ambientais.
- (D) Permitir o uso predominantemente habitacional de baixa e média densidade demográfica, com comércio, prestação de serviços, atividades institucionais e equipamentos públicos e comunitários inerentes à ocupação urbana; regularizar o uso e a ocupação do solo dos assentamentos informais inseridos nessa zona.
- (E) Estruturar e articular a malha urbana de forma a integrar e conectar as localidades existentes; aplicar o conjunto de instrumentos de política urbana adequado para qualificação, ocupação e regularização do solo.

QUESTÃO 42

A operação urbana consorciada é um instrumento de transformação do território. Ela reúne um conjunto de intervenções e medidas que possibilitam ao projeto urbano obter algumas exceções quanto à legislação vigente. De acordo com a Lei Complementar nº 803/2009, assinale a alternativa que apresenta as medidas excepcionais previstas para as operações urbanas consorciadas.

- (A) Modificação de índices e características de parcelamento, uso e ocupação do solo e subsolo, bem como alterações das normas edilícias; e regularização de construções, reformas ou ampliações em desconformidade com a legislação vigente.
- (B) Descumprimento da legislação ambiental com pagamento de contrapartida em indenização pecuniária; e transferência de Certificados de Potencial Adicional de Construção (Cepac) para outras áreas.
- (C) Dispensa do Estudo Prévio de Impacto de Vizinhança ou de Impacto Ambiental em função da abrangência da operação; e empréstimos em bancos de investimentos públicos, facilitados para investidores privados que assinem parcerias com o poder público.
- (D) Alíquota do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU) diferenciada, de forma a incentivar investimentos; e alteração de índices urbanísticos mediante doação de unidades habitacionais de interesse social.
- (E) Mudança da legislação de uso e ocupação do solo vigente, bem como alterações no sistema de transportes e de infraestrutura; e concessão de incentivos a operações urbanas que utilizam tecnologia, com vistas à redução de impactos ambientais.

QUESTÃO 43

Em determinadas situações, a Lei Complementar nº 803/2009 prevê a interdição de parcelamentos do solo, empreendimentos ou atividades. Assinale a alternativa que descreva corretamente duas dessas situações previstas na citada lei.

- (A) Quando houver utilização para fim proibido, de acordo com as normas de uso e ocupação do Plano Diretor de Ordenamento Territorial (PDOT); e quando obras forem executadas em desacordo com as licenças e os projetos aprovados.
- (B) Quando utilizar áreas obtidas por meio do direito de preempção, em desacordo com a legislação; e quando aplicar recursos auferidos com a outorga onerosa do direito de construir.
- (C) Quando não tiverem aprovação do poder público; e quando existir uma utilização para um fim diferente do aprovado no Projeto e do disposto no PDOT.
- (D) Quando a ação fiscalizatória de agentes públicos for dificultada; e quando multas lavradas não forem pagas nos prazos fixados.
- (E) Quando adquirir o imóvel por licitação pública com valor superior ao valor de mercado; e quando, por motivo de multa, o infrator não apresentar defesa no prazo exigido.

QUESTÃO 44

Um dos parâmetros básicos da ocupação do solo urbano é o coeficiente de aproveitamento, definido como a relação entre a área total construída em um terreno e a área desse mesmo terreno. Ademais, um dos parâmetros mais comuns no zoneamento é o coeficiente de aproveitamento máximo, que indica o limite máximo de metros quadrados edificáveis em um lote ou projeção. De acordo com o art. 42 da Lei Complementar nº 803/2009, assinale a alternativa que expressa corretamente os três limites máximos a serem atingidos pelos coeficientes de aproveitamento nas suas respectivas Zonas da Macrozona Urbana.

- (A) Zona Urbana Consolidada – 6; Zona Urbana de Uso Controlado I – 4; Zona Urbana de Expansão e Qualificação – 4,5
- (B) Zona de Contenção Urbana – 1,5; Zona Urbana de Uso Controlado II – 4,5; Zona Urbana Consolidada – 8
- (C) Zona Urbana de Uso Controlado II – 4; Zona de Contenção Urbana – 1,5; Zona Urbana de Expansão e Qualificação – 9
- (D) Zona Urbana do Conjunto Tombado – 4; Zona Urbana de Contenção Urbana – 2; Zona Urbana Consolidada – 6
- (E) Zona Urbana Consolidada – 9; Zona Urbana de Uso Controlado I – 4,5; Zona Urbana de Expansão e Qualificação – 6

Área livre

QUESTÃO 45

De acordo com a Lei Complementar nº 948/2019, assinale a alternativa que apresenta três princípios estruturadores da Lei de Uso e Ocupação do Solo (LUOS).

- (A) O estabelecimento de critérios e parâmetros de uso e ocupação do solo; o complemento às políticas de ordenamento territorial e de expansão urbana; e a justa distribuição da propriedade urbana.
- (B) A descentralização da oferta de habitação e dos equipamentos; a promoção da dinâmica urbana; e a realização de melhor integração do espaço público com o privado.
- (C) A garantia da função social da propriedade urbana; o controle eficaz do uso e da ocupação do solo urbano; e a gestão democrática da cidade com inclusão e participação social.
- (D) A melhoria da qualidade de vida da população e redução das desigualdades socioespaciais; a valorização da ordem urbanística como função pública; e a valorização da ordem fundiária como função pública.
- (E) O estabelecimento de critérios para a implantação de edificações em lote ou projeção; a inclusão de parâmetros urbanísticos específicos além dos estipulados no Plano Diretor de Ordenamento Territorial (PDOT); e a determinação de metodologias e critérios para o controle eficaz do uso e de ocupação do solo.

QUESTÃO 46

A Lei Complementar nº 948/2019 – Lei de Uso e Ocupação do Solo (LUOS) – define os parâmetros de ocupação do solo no Distrito Federal. Com relação aos parâmetros descritos no Capítulo II do Título II da LUOS, assinale a alternativa correta.

- (A) A taxa de permeabilidade mínima é o percentual máximo da área do lote, que pode ser ocupado pela projeção horizontal da edificação ao nível do solo.
- (B) São parâmetros de ocupação do solo a valorização imobiliária, a geração de tráfego e as condições de ventilação e iluminação.
- (C) A taxa de ocupação é o percentual da área do lote, que deve ser mantido obrigatoriamente permeável à água.
- (D) A altura máxima é a medida vertical entre a cota de soleira e o ponto mais alto da edificação, excluídos elementos como caixa d'água, castelo d'água, casa de máquina, antenas para televisão, para-raios, entre outros.
- (E) O coeficiente de aproveitamento é a taxa de construção que, multiplicada pela área livre do lote, estabelece o potencial para aproveitar o lote.

Área livre

QUESTÃO 47

A Lei de Uso e Ocupação do Solo (LUOS) – Lei Complementar nº 948/2019 – define os parâmetros para as vagas de veículos no interior dos lotes ou das projeções. Conforme o disposto na LUOS acerca das vagas de veículos, assinale a alternativa correta.

- (A) Quando a edificação tiver mais de um uso ou atividade, a quantidade mínima de vaga de veículos (QV) deve ser a soma da quantidade exigida para cada uso ou atividade.
- (B) A quantidade mínima de vagas de veículos a ser ofertada em lotes ou projeções é definida pela fórmula: $QV = AL \times CFA \times M \times I$.
- (C) São classificados com alto grau de acessibilidade exclusivamente os lotes e as projeções que estiverem inteiramente contidos a uma distância de 150 metros de uma linha de transporte público.
- (D) A cada 25 vagas destinadas a automóveis é permitida a substituição de 1 vaga de automóvel por 1 vaga de motocicleta.
- (E) São consideradas vias servidas com alta frequência de ônibus as que possuem densidade de viagens igual ou superior a 500 no horário das 9 horas às 17 horas.

QUESTÃO 48

De acordo com o disposto na Lei Complementar nº 948/2019, acerca do tratamento das divisas dos lotes, assinale a alternativa correta.

- (A) É proibido qualquer recuo entre a fachada ativa e o logradouro público.
- (B) Considera-se fachada ativa aquela com permeabilidade visual de, no mínimo, 40% e ocupação mínima de 60% de sua dimensão linear, com uso não residencial, garantindo o acesso direto de pedestres ao logradouro público.
- (C) O tratamento das divisas dos lotes define apenas formas de interação entre espaços privados, exclusivamente mediante o cercamento.
- (D) É permitido o recuo entre a fachada ativa e o logradouro público, condicionado exclusivamente à acessibilidade irrestrita de pedestres.
- (E) É permitido o cercamento das divisas dos lotes, desde que, nas divisas voltadas para logradouros públicos, seja obedecida uma altura máxima de 2,70 metros e, no mínimo, 70% de transparência visual.

Área livre

QUESTÃO 49

No que se refere aos instrumentos da política urbana previstos na Lei de Uso e Ocupação do Solo (LUOS) do Distrito Federal – Lei Complementar nº 948/2019, assinale a alternativa correta.

- (A) A aplicação da Outorga Onerosa de Alteração de Uso (Onalt) permite, mediante contrapartida, a utilização de usos e atividades, para as unidades imobiliárias, não previstos na norma original.
- (B) O valor do coeficiente de ajuste Y, na fórmula de cálculo da contrapartida financeira para a Outorga Onerosa do Direito de Construir (Odir), é definido pela Lei Orgânica do Distrito Federal.
- (C) A alteração ou extensão de uso ou atividade em lote resultado de rememoração é dispensado de aplicação de Onalt.
- (D) Não é devida a Onalt quando o arranjo resultante de usos ou atividades configurar *shopping center*.
- (E) A Odir permite a utilização do potencial construtivo acima do coeficiente máximo mediante contrapartida.

QUESTÃO 50

A respeito das infrações e sanções previstas no Título IV da Lei Complementar nº 948/2019, assinale a alternativa correta.

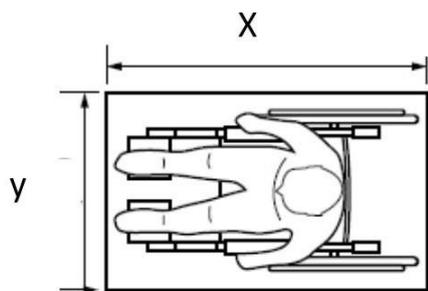
- (A) Considera-se infração leve manter o uso industrial nas unidades de uso e ocupação do solo (UOS) onde esse uso não é permitido.
- (B) É infração gravíssima utilizar potencial construtivo acima do coeficiente de aproveitamento básico sem autorização.
- (C) É infração grave descumprir os parâmetros de ocupação estabelecidos na Lei de Uso e Ocupação do Solo (LUOS).
- (D) Nas edificações tombadas individualmente, as multas são reduzidas pela metade.
- (E) Em projetos de habitação social, o valor das multas é aplicado em dobro.

QUESTÃO 51

Com relação ao desenho universal, assinale a alternativa correta.

- (A) O conceito de desenho universal evoluiu para o desenho técnico sem barreiras por se destinar a qualquer pessoa.
- (B) O conceito de desenho universal é destinado à criação de ambientes e produtos que possam ser usados na sua máxima extensão possível e prevista por ele.
- (C) O desenho universal é elaborado para atender um grupo específico de pessoas com mobilidades reduzidas.
- (D) O desenho universal deve ser complexo para acomodar ampla gama de capacidade de leitura e habilidades dos usuários.
- (E) O objetivo do desenho universal é aumentar a distância funcional entre os elementos do espaço e as capacidades variadas das pessoas.

QUESTÃO 52



Tendo em vista o módulo de referência em projeção ocupada por uma pessoa utilizando cadeira de rodas motorizada ou não, as medidas x e y , em metros, são, respectivamente,

- (A) 1,20; 0,80.
- (B) 1,30; 0,80.
- (C) 1,20; 0,85.
- (D) 1,20; 0,90.
- (E) 1,30; 0,90.

QUESTÃO 53

Considerando que a sinalização tátil no piso compreende a sinalização de alerta e a sinalização direcional, assinale a alternativa correta.

- (A) Sinalização tátil direcional: função de identificação de perigos informa acerca da existência de desníveis ou outras situações de riscos ocasionais.
- (B) Sinalização tátil de alerta: função condução orienta o sentido do deslocamento seguro.
- (C) Sinalização tátil direcional: função mudança de direção informa as mudanças de direção ou opções de percursos.
- (D) Sinalização tátil direcional ou de alerta: no piso, deve ser detectável pelo contraste de luminância entre a sinalização tátil e a superfície do piso adjacente, mesmo na condição seca ou molhada.
- (E) Sinalização tátil de alerta: função marcação de atividade orienta o posicionamento para o uso exclusivo em serviço.

QUESTÃO 54

No que se refere a inclinação, desnível e rampas, assinale a alternativa correta.

- (A) Inclinações iguais ou superiores a 8% são consideradas rampas.
- (B) Todos os desníveis devem ter tratamento especial.
- (C) A inclinação das rampas é expressa em porcentagem e em função da altura do desnível e do comprimento da projeção horizontal.
- (D) Para inclinações superiores a 5%, recomenda-se criar áreas de descanso nos patamares a cada 50 m de percurso.
- (E) A largura livre mínima recomendável para as rampas em rotas acessíveis é de 1,20 m.

Área livre

QUESTÃO 55

A Portaria nº 166/2016 do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) define critérios de proteção do Conjunto Urbanístico de Brasília (CUB). Assinale a alternativa que apresenta os objetivos da mencionada Portaria.

- (A) Orientar o processo de expansão urbana fora dos limites do CUB; e estabelecer multas e sanções a serem aplicadas pela fiscalização do bem tombado.
- (B) Garantir a preservação dos valores históricos do CUB; e complementar e detalhar os critérios para as intervenções urbanas, arquitetônicas e paisagísticas no CUB.
- (C) Garantir a demarcação da poligonal cuja área corresponde ao limite físico-territorial do CUB; e fortalecer o CUB como patrimônio federal.
- (D) Garantir para as futuras gerações a possibilidade de revisar o tombamento de Brasília como Patrimônio Cultural; e orientar o desenvolvimento da cidade na área do bem tomado.
- (E) Manter vigentes os valores do Movimento Moderno; e assegurar a íntegra proteção do entorno dos bens tombados individualmente.

QUESTÃO 56

Na Portaria nº 166/2016 do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), são especificados os projetos de intervenção no Conjunto Urbanístico de Brasília (CUB), que devem ser submetidos à análise e aprovação do Iphan. Acerca desse assunto, assinale a alternativa que descreve dois casos de intervenções no CUB, em que cabe análise e aprovação do Iphan.

- (A) Criação, desmembramento, remembramento e reparcelamento de lotes em todo o polígono do CUB; plano de ocupação para instalação de elementos publicitários ou informativos de qualquer natureza dentro do polígono tombado.
- (B) Implantação ou ampliação de quaisquer garagens subterrâneas nas superquadras norte e sul; alteração do sistema viário nas macrozonas A e B.
- (C) Implantação de cercamentos em praças, estacionamentos e áreas públicas em toda a macrozona A; cercamento de qualquer natureza de lotes ou projeções das áreas situadas em toda a macrozona A.
- (D) Alterações de usos e classes de atividades; alteração de parâmetros urbanísticos de altura, taxa de ocupação, coeficiente de aproveitamento e afastamentos.
- (E) Projetos de intervenção com gabarito superior a seis pavimentos nas macroáreas A e B; uso de rede de distribuição aérea para implantação de infraestrutura de serviços públicos nas macroáreas A e B.

Área livre

QUESTÃO 57

De acordo com a Portaria nº 166/2016 do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), assinale a alternativa que indica três características essenciais a serem preservadas no Conjunto Urbanístico de Brasília.

- (A) A paisagem natural, mantendo-se a relação predominante das espécies nativas do cerrado; predominância de funções cívicas ao longo do Eixo Monumental, reservado 50% dos usos para a Administração Pública federal; e as escalas urbanas do Plano Piloto de Brasília.
- (B) O acervo arquitetônico excepcional de impacto para a história da arquitetura; o artefato urbano excepcional de impacto para a história do urbanismo; e o acervo paisagístico excepcional de impacto para a história do paisagismo.
- (C) A estrutura urbana do Plano Piloto estabelecida a partir do cruzamento entre o Eixo Monumental e Eixo Rodoviário; a Praça dos Três Poderes como espaço cívico referencial; e o conjunto de parques públicos e as áreas de preservação ambiental existentes.
- (D) Área residenciais livres de cercamentos e garagens; ocupação residencial coletiva configurada em meio a grandes espaços vazios; e a plena visibilidade do palácio do Planalto desde qualquer lugar do Eixo Monumental.
- (E) O planejamento urbano moderno da Zona Urbana do Conjunto Tombado; os usos diversificados nas quatro escalas; e rusticidade dos bosques públicos e vegetação de espécies típicas do cerrado nas áreas livres.

QUESTÃO 58

A Portaria nº 134/2019, da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal (SEDUH), faculta que o laudo topográfico exigido para subsidiar a certificação da conclusão da obra seja emitido por um profissional habilitado, devidamente contratado pelo proprietário. A esse respeito, assinale a alternativa correspondente a duas informações que devem estar presentes no laudo topográfico, de acordo com a referida portaria.

- (A) Planta de implantação e planta baixa dos pavimentos.
- (B) Cortes longitudinais e transversais e fachadas.
- (C) Descrição do uso e da área total a ser impermeabilizada.
- (D) Porte do empreendimento e características físicas e ambientais da área e do entorno, com indicação das que devem ser obrigatoriamente preservadas.
- (E) Representação gráfica do lote ou projeção, com cotas lineares e coordenadas conforme sistema cartográfico oficial e cotas de afastamentos em relação às divisas do lote e em relação a outras edificações dentro do lote.

Área livre

QUESTÃO 59

Conforme o Decreto nº 38.047/2017, que dispõe acerca das normas viárias e dos conceitos e parâmetros para o dimensionamento de sistema viário urbano do Distrito Federal (DF) para o planejamento, a elaboração e a modificação de projetos urbanísticos, assinale a alternativa que indica competências do auditor fiscal de atividades urbanas.

- (A) A manutenção da arborização e do ajardinamento dos logradouros públicos do DF.
- (B) A realização de vistoria para emissão de certificado de conclusão da implantação de projetos urbanísticos.
- (C) O planejamento do sistema rodoviário do DF (SRDF), inclusive do sistema cicloviário em rodovias.
- (D) A elaboração, a análise, a aprovação e o monitoramento dos projetos que envolvam: alterações do sentido de funcionamento das vias; abertura de retornos e rótulas; inserção de semaforização; solução de conexões do sistema viário urbano com rodovias; e projetos de sinalização viária.
- (E) O planejamento dos sistemas ferroviários do DF.

QUESTÃO 60

O parcelamento do solo para fins urbanos é regido pela Lei nº 6.766/1979, a qual determina que os estados, o Distrito Federal e os municípios poderão estabelecer normas complementares para adequar o que nela é previsto às peculiaridades regionais e locais.

De acordo com a referida lei, assinale a alternativa correta.

- (A) O desmembramento consiste na subdivisão de gleba em lotes destinados a edificação, com aproveitamento do sistema viário existente, permitindo seu prolongamento, sua modificação ou ampliação, desde que não implique a abertura de novas vias e logradouros.
- (B) Em loteamentos destinados a urbanização específica ou edificação de conjuntos habitacionais de interesse social, previamente aprovados pelos órgãos públicos competentes, os lotes terão área mínima de 125 metros quadrados e frente mínima de 5 metros.
- (C) As vias dos loteamentos deverão obrigatoriamente harmonizar-se com a topografia local, e sua articulação com as vias adjacentes oficiais, existentes ou projetadas não é necessária.
- (D) A infraestrutura básica dos parcelamentos é constituída pelos equipamentos urbanos de escoamento das águas pluviais, por iluminação pública, esgotamento sanitário, abastecimento de água potável, energia elétrica pública e domiciliar e vias de circulação.
- (E) Em nenhuma hipótese será permitido o parcelamento do solo em terrenos alagadiços e sujeitos a inundações, bem como em terrenos que tenham sido aterrados com material nocivo à saúde pública.

Área livre

O R I E N T A Ç Õ E S

Orientações para a elaboração do texto da prova discursiva.

- A prova é composta por 1 (uma) questão discursiva.
- A prova deverá ser manuscrita, em letra legível, com caneta esferográfica de tinta preta, fabricada com material transparente.
- A **folha de texto definitivo** da prova discursiva não poderá ser assinada, rubricada e nem conter, em outro local que não o apropriado, nenhuma palavra ou marca que identifique o candidato, sob pena de anulação da prova.
- A detecção de qualquer marca identificadora, no espaço destinado à transcrição de texto definitivo, acarretará anulação da prova do candidato.
- A **folha de texto definitivo** é o único documento válido para a avaliação da prova discursiva.
- O espaço para rascunho, contido no caderno de questões, é de preenchimento facultativo e não valerá para avaliação da prova discursiva.
- A resposta da questão deverá ter extensão mínima de 20 (vinte) linhas e máxima de 30 (trinta) linhas.
- Inicie, impreterivelmente, o seu texto na linha identificada com o número 1 na página inicial da folha de texto definitivo.

P R O V A D I S C U R S I V A

Leia, com atenção, o texto a seguir.

A legislação de uso e ocupação do solo é fundamental para a vida urbana. Por normatizar as construções e definir o que pode ser feito em cada terreno particular, interfere na forma da cidade e também em sua economia. Mas, em geral, trata-se de um conjunto de dispositivos de difícil entendimento e aplicação, e as leis não são muito acessíveis aos cidadãos por seu excesso de detalhes e termos técnicos. O grande nível de detalhe dificulta também a fiscalização, que se torna praticamente impossível de ser realizada, deixando a maior parte da cidade em situação irregular. Além disso, raramente fica explicitado seu impacto econômico na distribuição de oportunidades imobiliárias. Em muitos municípios, a legislação de uso e ocupação do solo é uma “caixa preta” que poucos conhecem profundamente e que, em não raros casos, é usada para atender a interesses particulares. Por má-fé, desconhecimento ou casuísmo, vai sendo alterada sem nenhuma preocupação com a totalidade. O resultado é uma legislação cada vez mais complexa e abstrata, que acentua as desigualdades existentes na cidade.

VAZ, José Carlos. *Legislação de uso e ocupação do solo*. Dicas: ideias para ação municipal. São Paulo: PÓLIS, n. 77, 1996. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.abong.org.br/11465/1415>>. Acesso em: 30 jan. 2023, com adaptações.

Considerando que o texto apresentado tem caráter meramente motivador, redija um texto dissertativo e (ou) descritivo com o tema “O papel da Lei de Uso e Ocupação do Solo (LUOS) – Lei Complementar nº 948/2019 – no ordenamento territorial do Distrito Federal”. Aborde, necessariamente, os seguintes tópicos:

- a) a importância da LUOS, seus princípios estruturadores e objetivos;
- b) a definição de, pelo menos, dois parâmetros de ocupação do solo mais relevantes previstos na LUOS; e
- c) o combate ao descumprimento da LUOS, as infrações e as sanções previstas na lei.

Área livre – folha de rascunho na página seguinte

RASCUNHO

1	
5	
10	
15	
20	
25	
30	